

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME I



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1959

O PROBLEMA DA LOCALIZAÇÃO DE CETÓBRIGA

SEU ESTADO ACTUAL

Em suspenso desde 1926 (1), o problema da localização de Cetóbriga voltou recentemente à ordem do dia. Dois factos assim o determinaram: o início, em 1948, das escavações sistemáticas na Tróia pelo Prof. M. Heleno, coadjuvado por mim e pelos nossos alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, e, nove anos depois, o achado casual de duas ânforas com moedas romanas no bairro de Troino, em Setúbal. O primeiro sucesso levou a uma série de estudos de um desses alunos, hoje licenciado, o Dr. Fernando Castelo Branco, versando sobre o problema referido; o segundo, tão importante para o conhecimento da arqueologia da região de Setúbal, originou que a sua discussão «caísse na rua», para usar uma expressão querida dos políticos.

Como arqueólogo e estudioso há quase vinte anos das antigualhas setubalenses, supus-me moralmente obrigado a dedicar também algumas palavras ao problema, o que tentarei fazer com aquela isenção que constitui condição *sine qua non* do trabalho científico.

O leitor atento facilmente verificará que este estudo e o artigo atrás citado de Marques da Costa se aproximam na sua estrutura ¹

(1) Que saiba, foi exposto pela última vez antes de 1952, por Marques da Costa, in *Setúbal Antiga. Localização de Cetóbriga*, in *Cetóbriga*, Ano I, n.^o 2-5. Setúbal, 16 de Março a 2 de Maio de 1926. De 1926 até 1952, apenas alguns autores mencionaram o povoado e apresentaram, mais ou menos prudentemente, a localização que lhes pareceu mais provável, sem a discutir. Sirvam de exemplo Luís Chaves que situa Cetóbriga na «região de Setúbal» e «cêrca de Setúbal» (cf. *O Arch. Port.*, xxx, págs. 15 e 36), e O. da Veiga Ferreira que a coloca interrogativamente na Tróia (cf. *Rev. de Guimarães*, LXI, pág. 6 [da separata]).

geral, embora se afastem em muitos outros pontos. A razão é que nestes trabalhos houve necessidade de estabelecer e julgar possibilidades e probabilidades, de efectuar selecções, etc.

I

Como é do conhecimento de quantos se dedicam um pouco a fundo ao estudo da arqueologia da Época do Ferro e do período lusitano-romano, existiu, no extremo ocidente da Lusitânia e ao sul do *Tagus*, uma «cidade» denominada *Καιτόβριξ* por Ptolemeu de Alexandria. Os tradutores dos seus *Γεωγραφικά* para latim criaram desse vocábulo o nome * *Caetobriga* (2) que foi, no séc. xvi, adoptado pelos nossos humanistas com a variante *Caetobrica*. De * *Caetobriga* veio o português *Cetóbriga* que está hoje consagrado. Por isso, à falta de melhor, adopto-o também no presente artigo.

Mas a verdade é que, rigorosamente, nós não sabemos o nome que os lusitano-romanos davam ao povoado: em primeiro lugar, Ptolemeu designou-o, como vimos, por *Καιτόβριξ*, donde, realmente sem artifício, se pode inferir * *Caetobriga*; todavia, também é verdade que o Alexandrino transliterou *sistemáticamente* para *-βριγα* o elemento final *-briga*, contido em todos os outros nomes que incluiu na sua obra: * *Αράβριγα, Αρκό βριγα, Αύγουστό βριγα, Δεό βριγα, Λακκό βριγα, Μερί βριγα, Νεμετό βριγα, Ταλάβριγα, Φλαονιό βριγα*, etc. (3). Em segundo lugar, o *Itinerário* dito de Antonino, mais ou menos contemporâneo de Ptolemeu e com a vantagem de ser um documento oficial ou pelo menos oficioso, cita *Catobrica* ou *Catobriga*, do qual não se pode fazer derivar * *Caetobriga* e inversamente. No séc. v, Marciano de Heracleia teria usado a forma *Καστόβριξ*, independente, no aspecto filológico, de todas as indicadas; finalmente, já no séc. vil, o Anónimo de Ravena apresenta *Cetobricca* que, excep-

(2) O uso do asterisco antecedendo este vocábulo parece-me imprescindível, porque, como digo no texto, ele não é documentável por autores clássicos.

(3) Políbio translitera * *Nercobrica* (= *Nertobriga* [?]) para *Νερκόβρικα* (cf. Leite de Vasconcelos, *Religiões*, ni, pág. 114, texto e nota 6. *Brutobriga* aparece no medievo Estêvão de Bizâncio sob a forma *Βρουτοξρία*, o que faz pressupor uma forma tardia * *Brutobria*. Parece, pois, ser o nome * *Caetobriga* o único em que o elemento *-briga* foi transcrito para gr. em *-βριξ*.

ção feita do duplo *c* que nada parece justificar, pode derivar de * *Caetobrica*, variante de * *Caetobriga*, ou constituir uma deturpação tardia de * *Cetóbriga*, formas que A. Holder (4), H. Pedersen (5) e A. Walde (6) admitiram. Se esta última forma é a original, então teremos talvez, no vocábulo, o elemento céltico *ceto-* (ou *-ceto-*) que significa «bosque», «floresta», «lenha», «madeira», etc., e deve corresponder ao lat. *-cetum* (7).

(4) Cf. *Alt-Celt.Spr.*, i, s.uu. *Καστό-βριζ*, *Cato-briga* e *Ce(a.o)to-briga*.

(5) Cf. *Vergleichende Grammatik der keltischen Sprachen*, i. Göttingen, 1909, pág. 57.

(6) Cf. *Lateinisches etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg, 1910, pág. 100, s.u. *bucetum*. Foi o Dr. Justino de Almeida quem chamou a minha atenção para este dicionário.

(7) Por exemplo, in *bucetum*. Cf. *castanetum* (>*Castendo*, top. port.; cf. *O Arch. Port.*, xxix, págs. 198-199), *camb'etum* (refira-se, a propósito, o top. galaico-romano *Cambeturri*), * *damascenetum* (cf. *O Arch. Port.*, vol. cit., pág. 199), *nucetum*, *oliuetum*, *pinetum* (cite-se o top. galaico-romano *Pinetum* e port. *Pineto*; cf. *O Arch. Port.*, xx, pág. 103), *quercetum*, *robor etum* (cf. *Roboret um*, top. galaico-romano), *salice tum*, etc., em que o sufixo *-etum* pode ser uma forma evolucionada de *-cetum* [alguns destes vocábulos foram-me indicados pelo Dr. J. de Almeida]. V. ainda a este respeito a ob. de Dauzat adiante citada, pág. 119.

Sobre o elemento céltico a que me refiro no texto e a sua significação, v. Holder, *ob. cit.*, i, s.u. *Ceto-*; Pedersen, *ob. cit.*, i, pág. 57; Walde, *ob. cit.*, loc. cit.; G. Dottin, *La langue gauloise*. Paris, 1920, págs. 85 e 245.

Walde, considerando *caeto->ceto-*, implicitamente admite * *Caetobriga* > * *Cetobriga*, o que me parece muito aceitável. Teríamos assim a seguinte relação * *Caetobriga* (= *Καστόβριζ*) > * *Cetóbriga* (= *Cetobrica*). É corrente a alternância, nas transcrições dos nomes célticos para latim, de *-ae-* (-at- nas transcrições do céltico para grego), *-ai-*, *-ei-*, *-e-* e até *-oe-*. Sirva de exemplo o sufixo *-aecus* (= gr. *-αικος*) que surge sob as formas *-aicus*, *-eicus*, *-ecus* e *-oecus*, além de outras que aqui não nos interessam e que correspondem a um abrandamento, na segunda sílaba, do *c* em *g*. Cf. sobre o assunto *Rev. de Guimarães*, m, págs. 169 e segs.; *Rev. Arch.*, ui, pág. 4; *Rev. Lusit.*, i, pág. 278, e n, págs. 346-347; *O Arch. Port.*, v, pág. 253, vi, pág. 79, xii, págs. 47-48 e 50, nota 2, xxi, pág. 319, etc.; Leite de Vasconcelos, *Religiões, π, passim*; *Opúsc.*, v, *passim*; etc., etc.

Acerca dos elementos, também célticos, *casto-* e *cato-* que fazem talvez parte das formas citadas *Καστόβριζ* e *Catobriga*, e de outros que com eles possam estar aparentados, é aconselhável a consulta da obra mencionada de Pedersen, que dispõe de bons índices que facilitarão o trabalho.

Sobre a alternância de *-brica* e *-briga*, por tão conhecida, quase não vale a pena fazer citações. V., todavia, a título de simples exemplos, *O Arch. Port.*, vi, pág. 45, e Leite de Vasconcelos, *Religiões*, ii, págs. 42-43.

Não merece, quanto a mim, séria discussão a tese de André de Resende, sem dúvida tentadora, de * *Cetobriga* provir de κήτος + *briga*, sendo o primeiro elemento o vocábulo gr. κήτος, -ους, que está na origem do lat. *cetaria* (pelo lat. *cetusa*), nome que, paralelamente a *cetarium*, designava os tanques de salga de peixe tão abundantes nas margens do Sado e noutros pontos da Hispânia (8). * *Cetobriga* significaria, neste caso, «fortaleza do monstro aquático», «burgo dos grandes peixes», «burgo dos atuns», etc. Árduos argumentos se podem opor à tese, dos quais só citarei a inexistência ou extrema raridade de topónimos híbridos greco-célticos. Poderá alegar-se a relativa frequência dos seus similares céltico-latinos (*Iuliobriga*, *Caesarobriga*, *Flauibriga*, * *Flauionauia* (9), etc., na Hispânia, *Augustodunum*, *Augustonemetum*, *Caesarodunum*, *Caesaromagus*, etc., na Gália), mas, para estes, houve uma razão poderosa que condicionou a sua formação: a política imperialista romana.

Em síntese: designar o povoado céltico-romano, situado junto ou próximo da via de Olisipo a Emérita, por * *Caetobriga*, não é muito mais do que simples acto de fé na obra de Ptolemeu. E não se pense que eu estou levantando aqui uma questão puramente académica: para o problema da localização deste povoado, tem interesse saber-se, não só o significado do primeiro elemento do topónimo, como se este podia ter sido ou não o étimo de *Setúbal*. Se a povoação se chamava, de facto, * *Caetobriga* ou * *Cetobriga*, a relação etimológica é, com maiores ou menores artificios, possível, como adiante veremos; mas, se o seu

(8) Sobre κήτος, v. E. Boisacq, *Diet. étym. de la langue greeque*. Heidelberg, 1916, pág. 451, s.u.

É curioso registar que o gr. ταρχεία, muito mais apropriado para designar esses tanques, ou não passou para o latim ou teve uso muito restrito. Os Romanos empregaram, além de *cetaria*, o vocábulo *piscina*. Este, ainda que vernáculo, tem um sentido bastante vago. Demonstra o uso também corrente de *cetarium*, a seguinte sentença latina: «Plures adnabunt thynni et cetaria crescent.» (cf. A. Otto, *Die Sprichwörter und sprichwörtlichen Redensarten der Römer*. Leipzig, 1890, pág. 348).

(9) Registada apenas, que eu saiba, a transliteração grega Φλαονιναοία (Ptolemeu). O segundo elemento deve ser *Nauia* = *Nabia*, nome de uma deusa lusitano-galaica. Cf. *O Arch. Port.*, vi, págs. 134 e também 105; Leite de Vasconcelos, *Rev. Lusit.*, π, págs. 346-347; *Religiões*, n, págs. 277 esegs.; m, págs. 202 e segs.; *Opúsc.*, v, *passim*; etc. O primeiro elemento será o *gentile* lat. *Flauius*.

nome era *Catobriga* ou * *Castobriga* (>*Καστόβριξ*), então qualquer ligação com o topónimo português torna-se impossível; não haverá maneira, por mais hábil que seja, de transformar o elemento *Cast-* (foneticamente tão resistente) em *Set-*. O mesmo se poderá dizer quanto a *Cat-* (10).

Mas, quer o povoado se chamasse * *Caetobriga*, * *Cetóbriga*, *Catobriga* ou * *Castobriga*, o que é certo é que ele foi identificado, desde o séc. xvi pelo menos, com as ruínas existentes na península da Tróia. A causa da identificação está na ideia, aliás errada, de este nome provir de * *Caetobriga* e talvez também no facto de se ter concluído que só uma grande cidade podia ter tido a honra de ser mencionada por Ptolemeu e pelos outros escritores da Antiguidade já citados (11). De qualquer modo, o que se não pode negar é que a tese criou raízes durante mais de três séculos e a tal ponto que ainda há quem a defenda.

A verdade é que a conclusão não é válida, porquanto o Alexandrino apontou os povoados mais importantes de cada região; se esta não possuía cidades grandes, o discípulo de Marinho de Tiro tinha de citar as que houvesse, mesmo que a sua importância fosse reduzida, facto que não deve considerar-se estranho, porque, ainda nos nossos dias, algo de semelhante se verifica em muitos livros, nem todos elementares, de Geografia Geral. Eles referem-se, na sua maioria, a Tirana e a Luxemburgo, cidades pequenas de 70.000 habitantes e de importância económica restrita, e omitem Akron, Birmingham e Dallas, com populações de 300.000, 400.000 e 500.000 almas e de grande valor industrial e comercial. Simplesmente, Luxemburgo e Tirana são as capitais e os centros mais importantes dos respectivos países e Dallas, Birmingham e Akron situam-se num país onde se erguem Nova Iorque, Chicago e Los Angeles.

Não podemos, de resto, ser muito severos com os primeiros defensores da identidade Cetóbriga = Tróia, porque, quando eles escre-

(10) Acerca das formas citadas, v., além de Holder, *ob. cit.*, s.u. *Ce(ae)to-briga*, *CIL*, π, pág. 8; Leite de Vasconcelos, *O Arch. Port.*, i, pág. 58, e *Religiões*, II, pág. 21, nota 6; Pauly-Wissowa, *Real-Enc. class. Alt.*, v, s.u. *Caetobriga*; *Thesaurus linguae Latinae... Onomasticon*, π-c. Lipsiae MDCCCXVII-MDCCCXIII, s.u. *Caetobriga*; etc.

(11) A conclusão a que no texto faço referência deve ter contribuído, pelo menos, para a geral aceitação da tese.

veram os seus trabalhos, não se começara ainda o estudo sistemático das ruínas da Tróia e ignorava-se que a cidade aí existente só se desenvolvera depois da morte do geógrafo greco-egípcio (12).

Em 1895, num dos seus artigos (13), Leite de Vasconcelos que, até 1889 pelo menos, aceitara a tese tradicional (14), impugnou-a embora com muita prudência, chamando a atenção para a dificuldade de uma cidade plana e baixa (15) ter sido designada por um nome de que fazia parte o elemento *-briga*, e afirmou que *Tróia* não podia provir etimologicamente de * *Caeiobriga*.

O que penso da posição de Leite de Vasconcelos já o declarei num estudo escrito de colaboração com a Dr.^a Maria do Céu Nunes da Silva, em Junho deste ano (16).

Que os argumentos do fundador do Museu Etnológico impressionaram vivamente os arqueólogos da passagem do século, mostra-o

(12) As escavações do Museu Etnológico, que acima citei, e as da Junta Nacional da Educação, iniciadas em 1956, permitem pensar que o grande desenvolvimento económico da cidade e, muito provavelmente, o seu crescimento em área datem dos sécs. ii e iv.

(13) Cf. *O Arch. Port.*, i, págs. 58 e segs. As afirmações de Leite de Vasconcelos, neste artigo, são esclarecidas por outras que fez posteriormente, como por ex.: «E talvez pelo estudo defies [os *tesouros científicos inumados na Tróia*] se pudesse por uma vez para sempre decidir onde foi Cetobriga!» (cf. *O Arch. Port.*, ii, pág. 265); «Perto do Sado ficava também *Caetobriga* que mal pôde identificar-se com as ruínas romanas de Troia de Setúbal;...» (cf. *Religiões*, ii, pág. 21).

(14) Cf. *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento*. Guimarães, 1958, pág. 106, carta n.º 31, de 13-7-1889.

(15) Devia talvez ter acrescentado «e sem muralhas», porque, como ele próprio o diz, *-briga*, por evolução semântica, significou também «fortaleza», «cidadela», «castelo», etc. (Jubainville, Holder, etc.). Portanto, uma cidade muralhada, mesmo numa planície, podia ter, no nome, o elemento referido, como sucedeu talvez com *Scaldobriga*: «Pour le sens, l'idée de hauteur a complètement été effacée par celle de citadelle, puisque ce terme désigne des localités de plaine comme *Scaldobriga* (citadelle de l'Escaut) *Escaudoeuvres*». (cf. Albert Dauzat, *Les noms de lieux. Origine et évolution...*, Paris, 1947, pág. 102). *Escaudoeuvres* fica próximo de Cambrai.

Até agora, não se encontraram vestígios de muralhas na Tróia. V. *O Arch. Port.*, xxvi, pág. 323.

Sobre a significação de *-briga* (diferente de *-briga*), cf. também *O Arch. Port.*, vi, pág. 53; xii, págs. 41 e 255; Leite de Vasconcelos, *Religiões*, ii, págs. 59, nota 2, 321 e 328, e *O Arch. Port.*, xxix, págs. 194 e 246.

(16) Cfr. *Leite de Vasconcelos e a Tróia de Setúbal* (em publicação).

o facto de Marques da Costa, o mais importante investigador das anti-quadlas setubalenses, ter repudiado também a tese tradicional e passado a situar ***KaixófiQiÇ*** na margem direita (17). Mais tarde, alguns outros enfileiraram ao lado de Leite de Vasconcelos e a cidade lusitano-céltica tem sido passeada por essa região, sem que se tenha, nos últimos 65 anos, chegado a uma localização acima de quaisquer controvérsias. A causa fundamental deste facto reside na circunstancia de, em toda a zona ao norte do estuário do Sado, se não ter, até o momento, efectuado ***urna única escavação sistemática***, se excluirmos a das grutas do Casal Pardo, mais conhecidas por «grutas de Palmeia».

Por tudo quanto acabo de expor — e isto constitui um dos aspectos interessantes do estado actual da questão de Cetóbriga —, é ainda hoje possível a qualquer pessoa, mesmo de débil preparação arqueológica, fazer uma certa figura, afirmando que o «burg des Cetos», como lhe chamou Holder (18), foi em determinado ponto, se, no mesmo, o acaso fez surgir uma parede, uma tégula, um punhado de moedas ou três pedaços de ***sigillata***. Infelizmente, esquece-se que um dos problemas de mais difícil solução em arqueologia é o de estabelecer um nexó de identidade entre uma estação arqueológica e um povoado conhecido apenas por textos literários, quando estes são muito lacónicos e imprecisos, o que sucede justamente no caso de Cetóbriga.

Os autores bem preparados têm considerado, ao tentar resolver a questão, o próprio nome da «cidade» céltica e, por isso, dirigiram as suas atenções quase exclusivamente para os castros das imediações de Setúbal. Foi o que fez Leite de Vasconcelos, quando, inspirado numa hipótese, aliás um pouco confusamente exposta, de Marques

(17) Ainda num seu escrito publicado em 1896, Marques da Costa aceitava a identificação tradicional (cf. *O Arch. Port.*, ii, pág. 10). Em 1903 (cf. mesma rev., vii, pág. 52), já admitia a localização da «Cetóbriga romana» em Alferrar (v. adiante o meu texto), em 1924 (?), colocava-a, vagamente, «nas proximidades de Setúbal» (cf. *O Arch. Port.*, xxvi, pág. 328), e, em 1926, rejeitava formalmente a identificação com Tróia (cf. *Cetóbriga*, n.^{os} 2 e 3, págs. 5 e 7. Nesta página, lê-se: «...temos de pôr de parte [a localização de Cetóbriga em Tróia]...»).

Em contrapartida, Pedro A. de Azevedo que era acima de tudo um medievalista, embora reconhecesse a dificuldade de fazer derivar *Setúbal* e *Tróia* de * *Caetobriga*, defendia, ainda em 1898, a localização do povoado céltico-romano na margem esquerda do Sado (cf. *O Arch. Port.*, iv, págs. 18 e 19).

(18) Cf. *ob. cit.*, i, s.u. *CeÇ(ê)to-briga*.

da Costa (19), aventurou sem grande insistência a localização de Cetóbriga no monte da Rotura (20); foi o que fez Marques da Costa, quando admitiu a sua identificação com Chibanes (21) e rejeitou Setúbal por ser «baixa» (22).

Todavia, hoje que conhecemos, melhor do que nunca, a política estratégica do Romano conquistador que obrigou, por vezes, os indígenas a abandonar os montes fortificados e a descer às planícies vizinhas, não podemos ser tão peremptórios na afirmação de que Cetóbriga só podia estar num alto (23). Realmente, a povoação deve ter tido o seu primeiro assentamento — talvez até o início do séc. n a.C. — num alto e ter vindo depois, forçadamente, para uma chã mais ou menos próxima. É, pelos motivos indicados, inclusivamente muito possível que a Cetóbriga contemporânea dos autores que a citaram pela

(19) A hipótese de Marques da Costa, que julgo anterior à de Leite de Vasconcelos, resume-se no seguinte: a Rotura e a zona de Alferrar teriam constituído juntas uma vasta povoação pré-histórica, de que o monte da Rotura seria a «acropole» ou «cidadella». Desta povoação descenderia a lusitano-romana, cujas ruínas se encontram em Alferrar, a qual «seria a Cetóbriga fs/c] de que falla o itinerário de Antonino...». Integro o «sic», porque esta obra cita, de facto, *Catobrica* ou *Catobriga*.

(20) Cf. *Religiões*, II (1905), pág. 21, onde se lê: «...no monte da Rotura, nos arredores de Setúbal, existe um castro pre-romano; se não era *Caetobriga*, era uma estação analoga a ella.» Como se vê, o autor classifica, uma vez mais, o castro de pré-romano, o que, se é vago, é, contudo, muito prudente. V. também *O Arch. Port.*, ii, pág. 247, e m, pág. 5, nota 1; *Cartas de Leite de Vasconcelos...*, pág. 199, carta n.º 69, de 17-IV-1896.

(21) Cf. *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7. Escreve aí: «Comtudo todas as considerações que temos feito partem do principio estabelecido por filólogos competentísimos o qual não discutimos e que consiste em: não admittir [*sic*] que o nome de «Cetobriga» seja aplicado senão a altura fortificada.»

«Respeitando pois esse principio..., somos levados a admitir que o local do alto de Chibanes... [*etc.*].»

Devo, contudo, para prestar inteira justiça a Marques da Costa, referir a impressão que o seu artigo e, em especial, este passo me deixaram de que ele, bem no fundo, não considerava decisivo o argumento filológico que, como bem pensa Castelo Branco, é impugnável.

(22) Cf. *Cetóbriga*, n.º 3, pág. 7.

(23) Nestas considerações, não entrarei em linha de conta com a possibilidade de, como Escaldóbriga, Cetóbriga ter sido desde sempre uma cidade de planície, cintada de muralhas. O caso daquele povoado da Gália é uma excepção; a esmagadora maioria das *brigae* ocupou lugares elevados.

primeira vez, fosse já (e quem sabe se há séculos) uma urbe de planície encontrando-se abandonada ou quase a colina que, de principio, a acolhera. Estas palavras não implicam, porém, a ideia de que *KCLITÓPOLIS*; não pudesse ter sido sempre um povoado alcandorado num monte; a política, a que me referi, não foi sistemática, sobretudo em regiões de relevos fracos e de comunicações fáceis e rápidas, e, no caso de Cetóbriga, pode não se ter verificado por razões que me parecem fáceis de aduzir: além do que ficou dito, bastava que o número dos íncolas da povoação fosse diminuto (24) e que o dismantelo das suas muralhas fosse considerado suficiente medida de segurança pelas autoridades de Roma.

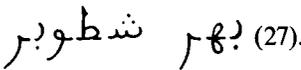
Não quero, todavia, terminar este ponto sem declarar que, a meu ver, o abandono da altura primitiva se pode ter dado até espontaneamente: o surto, na região, de um centro comercial e industrial provocaria, com elevada probabilidade, o êxodo. Estou a pensar, como o leitor já compreendeu, na cidade agnostonónima — passe o neologismo — de que as ruínas da Tróia são os restos, a qual, se teve a força suficiente para atrair elementos helénicos (vindos talvez do hoje chamado Algarve), com muito maior razão aliciaria as populações das aldeias da outra margem do Sado (25). E, nestes tempos remotos em que a Lusitânia era pouco mais que um *Far- West* de fraca densidade demográfica, uma migração duns escassos milhares de indivíduos bastaria para reduzir sensivelmente a população duma área pequena como o triângulo Azeitão-Palmela-Setúbal.

Volvendo, agora, aos autores que mais têm contribuído para a

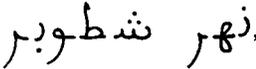
(24) Quase todos os historiadores parecem esquecer este facto fundamental: exceptuando casos muito raros, a grande cidade da Antiguidade tinha uma população que corresponde à de uma pequena cidade dos nossos dias. A «gigantesca» Alexandria da época imperial pouco devia ultrapassar os 500.000 habitantes, se é que alcançava mesmo este número, e a Roma do tempo de Nero ou de Tito não iria certamente muito além das quatro centenas de milhar. *Ebora*, um dos maiores centros da Lusitânia, com as suas 8.000 almas *plus minus*, seria hoje uma pequena vila. Chibanes e a Rotura não deviam atingir sequer o meio milhar de habitantes.

(25) Esta possibilidade também ocorreu a Marques da Costa, a propósito do despovoamento de Chibanes. V. *O Arch. Port.*, xv, pág. 82, e o cap. III do presente artigo. Para se ter ideia da importância industrial da cidade inumada na Tróia, basta ler as págs. 165 e segs. do vol. XXVII de *O Arch. Port.*

solução do problema da localização de Cetóbriga, direi que, nos últimos anos ou, mais precisamente, de 1952 para cá (26), o Dr. F. Castelo Branco tem procurado restaurar a tese tradicional, primeiro no seu todo, depois só em parte, apontando, em vários estudos, falhas que encontrou ou pensou encontrar na argumentação de Leite de Vasconcelos, e aduzindo argumentos novos, dois dos quais me parecem de ponderar:

1) Cetóbriga devia estar nas margens do Sado, porque, nos tempos hispano-muçulmanos, este rio foi chamado  (27). , segundo Pedro A. de Azevedo (28), *radica-se* e,

(26) Nesse ano, o autor fez no Instituto de Arqueologia uma comunicação sobre o assunto. Cf. *O Arch. Port.*, 2.^a série, II, pág. 286.

(27) Cf. , in *Rev. Arch. e Hist.*, i, pág. 50. Deve ser lapso. A leitura do segundo vocábulo tem variado: a par da que indico, surge

. Daí, em parte, terem surgido diferentes transliterações: assim Pedro

de Azevedo propõe «Xetavir» (paroxítono), in *O Arch. Port.*, χII [1908], pág. 16; David Lopes, in *Os arabes na obra de Alexandre Herculano*, in *Bol. da Seg. Classe da Acad. Real das Sciendas*, in, fase. n.º 3. Lisboa, Março de 1910, págs. 199, 226 e 227, apresenta «XaTüBR», mas, posteriormente, propõe «Xetáuir», como o fizera P. de Azevedo, nos comentários à 8.^a ed. da *Hist. de Port.*, de Herculano (cf.

vol. viii, pág. 310). Como se vê, tudo depende da existência ou não de um .

Antes dos autores indicados, Herculano, in *ob. cit.*, 8.^a ed., m, pág. 55, adoptara a forma «Chetawir» que é a de Jaubert (cf. David Lopes, *Os arabes...*, pág. 226, e comentários à 8.^a ed. da *Hist. de Port.*, vol. viii, pág. 301). Trata-se de uma transliteração do árabe para francês, como tal inadmissível em estudos portugueses. Jaubert

apresenta a leitura , dando, portanto, ao  um valor consonântico.

(28) Cf. *O Arch. Port.*, xiii, pág. 16.

segundo David Lopes (29), *pódesse talvez radicar* em «Caetobriga» (30). 2) Cetóbriga deve ter-se mantido viva até bastante tarde, pelo menos até a época «visigótica», pois, de outra maneira, seria difícil compreender que os Árabes fossem buscar o seu nome para designar o Sado, como se afirma no argumento anterior (31).

Relativamente ao primeiro argumento, parece-me que Castelo

(29) Cf. *Os arates...*, págs. 226-227. Notarei que, apesar de aceitar uma possível interferência do árabe, David Lopes também considera «difícil de explicar» a mudança do ç românico em s (cf. *Os arates...*, págs. 226-227). Admite, por isso, que ela se tenha verificado «no fim do período arabe...» (pág. 227). Contudo, a págs. 203, usara a relação etimológica «Cetóbriga > XaTüBR > Setubal» para

documentar a passagem do t românico para o t línguo-palatal árabe (**ṭ**).

(30) O argumento foi apresentado primeiro no estudo *Da origem e do desaparecimento de Troia de Setúbal*, in *Las Ciencias*, ano xix, n.º 2, Madrid, 1953, págs. 456-458. Diz o autor: «...Setúbal vem de XATUBR, nome que os árabes davam ao Sado e que, segundo David Lopes, proveio de Cetóbriga. Logo esta devia estar situada nas margens do Sado, onde apenas em dois locais existem ruínas romanas: em Alcacer do Sal..., e em Troia,...» (cf. pág. 457). Há aqui, evidentemente, uma ligeira precipitação do autor: na margem direita existem ou existiram também ruínas lusitano-romanas, já conhecidas, descritas e publicadas antes de 1952 (cf. *O Arch. Port.*, xii, mapa entre as págs. 216 e 217, por exemplo). O interesse do argumento não sofre, porém, com esta pequena apostila.

Em 1954, em *O Problema da identificação de Cetóbriga com as ruínas de Tróia de Setúbal*, in *Brotéria*, LVIII, n.º 6, Lisboa, Junho de 1954, págs. 703-709, retoma Castelo Branco o mesmo argumento: «...explicando em seguida o ilustre professor [David Lopes] a evolução de Cetóbriga até dar *XatúBr* [s/c] nome dado pelo [sic] árabes ao Sado,...»; «E, desta forma, Cetóbriga era decerto uma cidade que se erguia nas margens do Sado.» (cf. pág. 707). A forma «*XatúBr*» não existe, é simples erro de cópia. O que David Lopes escreveu para mostrar que o vocábulo, como normalmente acontece, não estava vocalizado, foi «*XaTuBR*» (v. adiante), representando por maiúsculas as letras que, de facto, estavam no texto árabe, e por minúsculas as vogais que ele próprio juntou.

(31) O segundo argumento foi, pela primeira vez, apresentado na sessão de Março de 1957, do Instituto Português de Arqueologia e depois numa comunicação ao I Congresso Nacional de Arqueologia, realizado há poucos dias em Lisboa (amável informação verbal do autor).

Na referida sessão do Instituto, o Dr. Castelo Branco admitiu ainda que o elemento *-triga* podia significar também «ponte», «passagem», ajustando-se desse modo à situação da Tróia. Contudo, essa tradução, defendida há 70 anos por Fernández-Guerra, *Rev. Arch.*, n, págs. 89-90, não é aceita pelos grandes celtistas.

Branco só o devia ter proposto depois de discutir e invalidar a tese ou hipótese de David Lopes, segundo a qual o nome árabe do Sado teria vindo do povoado — esse marginal — chamado então Xatubre, e, portanto, indirectamente apenas do vocábulo * *Caetobriga*(32). Concedamos, no entanto, que a evolução se deu como pensa Castelo Branco. Mesmo assim, creio o argumento superável com relativa facilidade, porque não podemos esquecer que, muitas vezes, não só na época clássica como em todos os tempos e não só na Europa como noutros continentes, o nome de um povoado se estendeu à região de que ele era ou fora o centro político ou económico (33). Ora, admitindo que * *Caetobriga* passou, em determinada altura, a designar, entre outras áreas, também a actualmente chamada baixa de Setúbal, o facto de o Sado ter sido conhecido por «rio de Xetáuir», deixa de implicar a situação daquele povoado mesmo junto do rio. Deste modo, a denominação ter-lhe-ia sido atribuída, não por ele banhar a cidade, mas por contornar a região.

Não tenho dúvida de que o segundo argumento é um dos mais felizes dos que, até agora, foram apresentados por quantos se ocuparam do problema da localização de Cetóbriga. Pelo menos de momento, apenas lhe posso opor a seguinte objecção: a vida dum povoado não coincide necessariamente com a vida do vocábulo que o designa.

Apesar de aceitar a sua validade, julgo oportuno fazer certas considerações que o argumento me sugere.

Em primeiro lugar — e não deixa de ser interessante referi-lo — ele é perigoso para a própria hipótese do seu autor, porque, se é verdade que, nas estações arqueológicas da margem direita do Sado, não foi encontrado espólio caracteristicamente «visigótico», não é menos verdade que o mesmo sucede com a Tróia (34). Trata-se, portanto, dum argumento que não pode, no estado actual dos nossos conhecimentos, ser aduzido para defender a situação de *KairóftQiÇ* num deter-

(32) Cf. *Os arabes...*, págs. 226-227.

(33) Ocorre-me, de momento, na Antiguidade Clássica, o caso de muitas ilhas gregas, quer do Egeu, quer do Jónico, e, na Hélade peninsular, o de Élide e de Argos. Muito próximos, os exemplos de Táraco, Cartago Nova e Narbo, esta na Gália.

(34) Não ignoro, como é natural, a existência de um *bisomum* no cemitério da Caldeira, nem a de um fragmento de coluna torsa existente no Museu Etnológico e publicado na *Hist. de Port.*, ed. de Barcelos, i, pág. 382.

minado local, em detrimento de outros. Contudo, a sua apresentação por Castelo Branco tem, pelo menos, a utilidade de pôr em foco uma questão de carácter geral que também é pertinente ao assunto de que me ocupo no presente artigo.

A circunstância de não se encontrar numa dada região material lusitano-germânico característico não implica a ausência de povoamento dessa região no mesmo período; quando muito, poderá demonstrar que ela não foi muito importante na época e não esteve, por consequência, sob a acção directa dos novos senhores da Hispânia. É preciso, de uma vez para sempre, aceitar a ideia de que os habitantes das áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos não modificaram sensivelmente a maneira de construir as suas modestas casas, de modelar os seus barros, de arrotear e irrigar os seus campos, em suma, não alteraram os seus costumes ancestrais, apenas porque 100.000 exógenos vieram dominar política e militarmente um vasto território de 600.000 kms. q., já habitado por alguns milhões de seres humanos, ainda por cima mais civilizados do que eles. E este facto histórico já tão conhecido (35) teve, como não podia deixar de ser, ampla projecção no campo estritamente arqueológico: ele condicionou a inexistência de grandes diferenças entre o espólio arqueológico lusitano-romano do Baixo-Império e o da época em que dominaram os chamados Bárbaros, cuja influência cultural não se fez quase sentir em vastas áreas da Hispânia (36).

Não é possível, portanto, como ia dizendo, negar a ocupação humana, nessa época e em determinada região, apenas porque nesta não surgiu um epitáfio em caracteres do séc. vi ou vii, uma moeda de Recesvinto ou uma pilastra com baixos-relevos representando grifos. Por que, como muitos se admiram, há uma falta, aparente é claro, de materiais ditos visigóticos, quando o nosso sub-solo é tão rico de res-

(35) «Em 409 chegam os suevos, mas o seu advento não provocou mudanças radicais;... Consoante se vê do Código Wisigótico, conservaram-se nas duas épocas as demarcações das propriedades, os usos e costumes, e a organização social.» Estas palavras foram escritas por Alberto de Sampaio, in *Portugalia*, i, págs. 789 e 790.

(36) Entre nós e muito antes de mim, já Leite de Vasconcelos chamara a atenção para a dificuldade que, por vezes, existe em destrinçar o material lusitano-romano do ζ mediatamente posterior. V. *O Arch. Port.*, xiii, págs. 355 e 356, e xxn, pág. 338, nota 1. Fez também notar que numismas romanos ainda circularam no período «bárbaro». Cf. *O Arch. Port.*, xiii, *loe. cit.*, e xxn, pág. 45.

tos lusitano-romanos? Por que há no País tantos e tantos lugares de nomes nitidamente germânicos—nem todos certamente datáveis do período da Reconquista—que, ao serem prospectados, nos dão apenas... material «romano»? Porque, esquecidos do facto histórico acima referido, classificamos quase sistematicamente de lusitano-romano o que é já dos sécs. v, vi e vii!

Em vista do que fica dito, creio inteiramente válida a seguinte proposição: se se prova que uma determinada área foi habitada até o séc. iv, se a toponímia ainda hoje existente ou documentos de qualquer espécie mostram a sua ocupação na época muçulmana, com alta probabilidade podemos concluir que houve aí também vida humana no período «visigótico», a não ser que conheçamos fenómenos que possam ter provocado um ermamento total nesse período. Se a essas duas condições se juntar a presença de topónimos germânicos, então a já alta probabilidade aumentará ainda (37). O material lusitano-germânico estará no espólio arqueológico recolhido; nós é que não o pudemos distinguir com os métodos de que dispomos vulgarmente. Todos sabem que, ainda hoje, quando falta a estratigrafia, se tem de recorrer ao método tipológico que, num caso como este e tendo em conta o que acima disse, será extremamente falível. A divulgação e, sobretudo, o aperfeiçoamento do processo de datação pelos rádio-isótopos trará, de certo, grandes surpresas.

Regressando, após este longo excursão, ao assunto fundamental do presente artigo e aplicando as ideias atrás expressas à região do Baixo-Sado, podemos quase garantir que, como a Tróia, a zona de Alferrar, pelo menos, foi ocupada no período «visigótico» e que uma parte do material «romano» aí encontrado data de época posterior a 409.

Pelas razões aduzidas, creio que, na busca da localização de Cetóbriga, não podemos, infelizmente, fazer grandes restrições de carácter

(37) Como já acima disse implicitamente, nem todos os topónimos de origem germânica indicam uma ocupação suevo-visigótica. Muitos, senão mesmo a maior parte, datam da Reconquista. V., a este respeito, por exemplo, Leite de Vasconcelos, *Religiões*, m, pág. 579, nota 2; *O Arch. Port.*, xxix, pág. 200; e também *Rev. Lusitana*, vi, pág. 47 e segs., e ix, pág. 393 e segs.; *O Arch. Port.*, ii, pág. 180, nota 2; e *Portugalia*, i, págs. 285 e segs. Segundo Alberto de Sampaio, os Bárbaros teriam conservado os topónimos lusitano-romanos (cf. *Portugalia*, i, pág. 282).

topográfico, salvo no que se refere à sua situação geral na margem direita do Sado: como disse, os restos desse povoado tanto podem estar exclusivamente num monte, como parte num monte e parte numa planície mais ou menos próxima. Penso que uma estação arqueológica, situada algures na margem direita do estuário do Sado, não muito longe dessa margem e estendendo-se por um monte e por uma planície, contendo naquele material da Época do Ferro e nesta espólio lusitano-romano e lusitano-bárbaro (característico ou não), terá enorme probabilidade de ser a antiga Cetóbriga. Mas esta poderá ser também um monte, não completamente inexpugnável, com restos que pertençam às épocas citadas.

II

Como atrás já salientei, ainda não se fizeram escavações sistemáticas em qualquer ponto do triângulo Setúbal-Palmela-Azeitão, de modo que as considerações que vão seguir-se não poderão ter outra categoria que a de modestas hipóteses de trabalho.

Tomando em linha de conta as condições expostas, conhecemos hoje, quatro locais que vale a pena focar a propósito do problema da localização de Cetóbriga:

I — PALMELA

Situação magnífica para ser uma *briga*. Durante a Idade Média, o respectivo castelo foi um dos mais importantes do país e o seu valor militar manteve-se até os tempos modernos, como o provam as obras pós-medievais (sobretudo do séc. xvii), ainda tão aparentes. Que pelo menos parte da serra de Palmeia foi habitada na Pré-História, demonstra-o a estação neo-calcolítica da quinta ou casal da Cerca — note-se o nome (38) —, que eu descobri, por acaso, há anos, e onde recolhi algum material (39). Por outro lado, atribui-se ao castelo e ao próprio

(38) O nosso povo designa às vezes os castros por *cercas*, pelo facto de terem muralhas à volta. Cf. *O Arch. Port.*, xxii, págs. 135 e 136; xxiv, págs. 284 e 285; xxvii, pág. 30, nota 1; etc.

(39) Cf. *O Distrito de Setúbal*, de 1 de Outubro de 1952.

vocabulo *Palmeia*, uma origem romana, o que é, contudo, muito duvidoso (40).

Até agora, o alto da serra e as suas vertentes não deram material sidérico (41), lusitano-romano (42) ou lusitano-germânico. A registar, a existência, na base e em parte da encosta meridional da serra, de uma quinta chamada da Beselga (43).

II — SETÚBAL

Dentro da ordem de ideias atrás exposta, Setúbal também pode estar assente sobre o povoado céltico-romano (44), tanto mais que o

(40) V., por exemplo, *O Arch. Port.*, ui, págs. 38 e segs., e iv, pág. 18.

(41) A tradição que afirma ter sido Palmeia fundada pelos Celtas, não tem sido, até o momento, provável.

(42) A salientar, todavia, que Marques da Costa, sempre tão ponderado, escreveu: «...[há] falta de vestígios *claramente* romanos em Palmeia,...»; «...não se observam aí [em *Palmeia e no seu castelo*] vestígios da indústria pre-romana nem *indubitavelmente* romana.»; e «Não havendo pois em Palmeia vestígios *indubitáveis* da influencia pre-romana nem romana, não é possível aí a localização de «Cetobriga.»» (cf. *Cetobriga*, n.º 5, pág. 7; itálicos meus).

(43) *Beselga*, no caso da sua grafia correcta ser com *s* e não com *z*, pode ter o seu étimo no lat. *basilica*; cf. Leite de Vasconcelos, *Hist. do Museu Et no log. Port.*, pág. 54. No Ribatejo, concelho de Tomar, há uma aldeia do mesmo nome que contém nos seus arredores, uma importante estação lusitano-romana (cf. *O Arch. Port.*, ni, págs. 220-221; e viu, págs. 221 e segs.). Existem em Portugal muitos outros lugares denominados *Beselga*.

(44) A hipótese já bastante antiga da localização de Cetóbriga em Setúbal foi defendida, entre outros, por Hiibner, *CIL*, II, mapa (v., em todo o caso, pág. 8), e II, *Suppl.*, pág. 803 (no mapa da *Hispaniae Pars Occidentalis*, que remata este volume, não se percebe se o cartógrafo identifica «Caetobriga» com Setúbal, se com «Troya»). Cf. também, *CIL*, n, [2.º] *Suppl.*. Berolini, 1897, págs. 355-356), e por L. Figueiredo da Guerra, *O Arch. Port.*, v, pág. 2 [V., contudo, o que escreve este autor na *Portugalia*, i, pág. 609]. Recentemente, devido aos achados de Troino, o Sr. Dr. José Marques da Costa retomou a mesma hipótese mas dando-lhe quase o aspecto de tese (cf. *O Setubalense*, de 1 de Junho de 1957, e também de 6 e 13 de Novembro de 1957 e de 12 de Novembro último).

Vem a propósito esclarecer o seguinte ponto: no mapa publicado por Leite de Vasconcelos, entre as págs. 46 e 47 do vol. n das *Religiões*, aparece Cetóbriga localizada mesmo junto do Sado, em Setúbal, o que, tendo em vista as afirmações contidas no texto, a págs. 21, não possui qualquer significado. Deve atribuir-se

seu nome tem, com probabilidade, o étimo em * *Caetobriga* ou * *Ceto-briga* (45).

As condições topográficas não se opõem à identificação: a *briga* poderia corresponder à colina de S. Sebastião, hoje coberta pelo casario da zona central da cidade, ao monte de S. Filipe, ao cabeço do Forte Velho ou ao morro de Brancanes, onde se ergue o convento do mesmo nome. Registe-se, a propósito, a cerimónia popular de características pagãs, que se realiza na segunda e na quarta dessas elevações, na madrugada de S. João (46). Contudo, nada foi, até o momento, recolhido nem em S. Filipe, nem em Brancanes, nem no Forte Velho, onde aliás também não se fizeram pesquisas, pelo menos sistemáticas (47); S. Sebastião forneceu, já há muitos anos, algumas peças romanas e talvez alto-medievais (48).

Na parte baixa da cidade, entre os relevos citados, a abertura de valas

essa localização a simples imperícia do desenhador. Aliás, a escala do mapa é muito pequena (cerca de 1:5.000.000), o que o torna impreciso.

Nota — O Sr. Dr. José Marques da Costa nada tem de comum com o cientista homónimo que citei até aqui e continuarei a citar.

(45) A propósito da filiação fantasiosa de *Setúbal* em *Túbal*, v. o artigo tão pouco conhecido de L. de Vasconcelos, in *Economia e Finanças*, Ano i, n.º 1. Lisboa, Outubro de 1931, pág. 8, texto e nota 2.

(46) O povo vai para Brancanes e S. Filipe assistir ao nascer do sol, consoante me informou o Sr. Manuel Nascimento. Cerimónias idênticas se verificam em muitos pontos do país. Sobre o culto de S. João, v., por exemplo, *O Arch. Port.*, xxii, págs. 355 e 356, e xxiv, págs. 72-75 e 81; Leite de Vasconcelos, *Opúsc.*, v, págs. 503-508, 527, 534 e 578, e vii, págs. 726-727; etc..

(47) A restrição justifica-se por um passo de Marques da Costa, que se lê na *Cetóbriga*, n.º 3, pág. 7, nota 1. Ele põe aí em dúvida o interesse de certos restos de cerâmica encontrados no «Castelo Velho» [= *Forte Velho*], os quais, em sua opinião, teriam sido «levados para ali juntamente com adubos para amanho das mesmas terras;...».

(48) Encontradas por volta de 1906-1907, quando se abria uma trincheira para o assentamento da via férrea do Vai do Sado. Delas existem 15 no Museu Etnológico, onde têm os n.ºs de entrada E-69 a E-73 e E-1253 a E-1262. Desse conjunto salientarei três lucernas tardias, com as cotas E-69, E-1254 e E-1255. Cf. *O Arch. Port.*, xii, págs. 221-222, xm, pág. 377, e xv, pág. 234.

Marques da Costa teve também conhecimento do achado. V., por exemplo, *O Arch. Port.*, xii, mapa entre as págs. 216 e 217.

Consoante as informações de que disponho, as recentes escavações efectuadas por causa dos esgotos, permitiram também o achado de alguns restos «romanos» na rua Arronches Junqueiro que conduz ao alto de S. Sebastião.

para a colocação duma nova rede de esgotos levou ao descobrimento de numerosos artefactos arqueológicos, a que os Srs. Dr. José Marques da Costa, Carlos Babo e outros se têm referido rápidamente nalguns artigos e notícias de jornais (49). Entre os achados avultam duas ânforas com moedas do séc. iv (50), e uma cetária. Todas as peças parecem, em geral, muito tardias, exceptuando uns fragmentos de *sigillata*, mas o local em que estes e outros artefactos foram encontrados, permite-nos perguntar se não teriam sido para aí levados com outros materiais, em épocas relativamente recentes, para fazer daqueles aterros que, de há muito, se efectuam em Setúbal para conquistar algum terreno ao rio ou secar os sapais que existiram sobretudo nas proximidades da foz da ribeira do Livramento. Quem quiser estudar cientificamente a arqueologia da cidade de Setúbal, menos do que ninguém, pode esquecer que um estrato não é romano apenas porque nele se encontram algumas peças romanas.

Considerada desapaixadamente, a hipótese de Cetóbriga ter tido o seu assento na área ou em parte da área da cidade actual, parece-me, observando os materiais que chegaram até nós, ainda muito frágil. Quando muito, essa área pode ter constituído, na época lusitano-romana, um arrabalde industrial da urbe propriamente dita, onde teriam existido fábricas de salga de peixe e teriam habitado pescadores, e isto apenas no caso de se vir a demonstrar a localização de Cetóbriga na área da Rotura-Alferrar. Teríamos então o núcleo primitivo — a *briga* — no cabeço da Rotura, a povoação lusitano-romana em Alferrar e imediações, e o referido arrabalde junto do Sado, talvez à volta do pequeno esteiro, cuja existência é admissível, e onde iria desaguar o Livramento (v. mapa). Reconheço, porém, que esta hipótese, sem dúvida atraente, luta com dificuldades quase insuperáveis, se bem que, no aspecto antropogeográfico, a transformação de uma cidade interior numa cidade mista seja absolutamente possível: bastaria, para que o fenómeno se

(49) V. principalmente *O Setubalense*, de 22, 25 e 27 de Maio, 1, 3, 8, 19 e 29 de Junho, 5 e 16 de Outubro de 1957, 27 de Janeiro e 16 de Agosto de 1958, etc.; *O Distrito de Setúbal*, de 29 de Maio e 12 de Junho de 1957; e alguns diários de Lisboa e Porto, de 21 de Maio de 1957 em diante.

(50) Até a data, que eu saiba, só foram observados numismas deste século. Convém, todavia, salientar que o simples inventário dessas moedas está ainda por fazer.

verificasse, que, num determinado momento histórico, o rio se tornasse um elemento de atracção irresistível. Sabemos que, em toda a área da foz do Sado, as populações, mesmo as mais primitivas, buscaram nas faunas marítima e fluvial uma parte da sua alimentação (o castro da Rotura, por exemplo, está, ainda hoje, conforme eu mesmo o verifiquei há anos, cheio de restos malacológicos) (51). Contudo, este facto não teve a força suficiente para arrastar essas populações para junto do estuário; a prova é que elas se mantiveram em pontos que distam deste entre 2 e 6 quilómetros. Mas, se a certa altura, os produtos do rio — e do mar — adquirissem um valor excepcional, o êxodo para as margens seria um facto. Ora, é do nosso conhecimento que, após a chegada e a ocupação da Península pelos Romanos, o peixe das nossas costas, depois de salgado, começou a ser exportado em grandes quantidades para a Itália e outras regiões do Império. Este fenómeno, que parece estar na base do desenvolvimento da cidade que existiu na Tróia, pode ter condicionado também o hipotético crescimento da Cetóbriga lusitano-romana para sueste. Pelo menos, tal como a margem esquerda, a faixa ribeirinha setentrional do estuário do Sado está repleta de ruínas de cetárias numa extensão de mais de 10 kms. (52). Um estudo pormenorizado mostrará se elas são de épocas diferentes ou, pelo con-

(51) Cf. *O Arch. Port.*, xv, págs. 73 e 77, e xx, págs. 129 e 130. Na Rotura e em Chibanes, foram encontrados vários anzóis. V., por exemplo, *O Arch. Port.*, iv, pág. 57, e *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7.

A presença, no primeiro destes castros, de ossos de *pagrus vulgaris*, *pagellus centrodonatus* e *merluccius vulgaris*, permite pensar que os seus habitantes já se aventuravam a pescar em zonas da baía de Setúbal relativamente afastadas da costa, atingindo, pelo menos, a batimétrica -100 ms. que, no seu ponto mais próximo, fica a uns 13 kms. da actual foz do Sado. No entanto, se receassem entrar tanto no mar, podiam ir por terra até o Espichei e pescar as espécies ictiológicas apontadas em áreas como o Mar do Chapéu e a Pistarola, apenas a 3,5 e 7 kms. do litoral (cf. *O Arch. Port.*, viii, págs. 147-148, e x, pág. 191).

(52) Joaquim Rasteiro, em 1894, reconheceu cetárias na foz da ribeira da Ajuda (cf. *O Arch. Port.*, ni, pág. 4) e, mais tarde, Marques da Costa encontrou-as no Moinho Novo, Ponta da Areia, S.^a da Graça, Cachofarra, Pedra Furada e Rasca (cf. *O Arch. Port.*, x, págs. 187 e 189, e mapa entre as págs. 188 e 189; e xii, mapa entre as págs. 216 e 217. V. ainda a mesma rev., xv, pág. 82, xxii, págs. 142 e 168, e xxvii, págs. 174-175). Juntemos a estas a cetária encontrada, há pouco, na praça do Bocage, em Setúbal.

O comércio do peixe salgado chegou a ser tão importante que, em dado momento, parece ter havido cetárias no Alto-Sado (cf. *O Arch. Port.*, xiii, pág. 352).

trário, contemporâneas. Nesta hipótese, que, pelo que sei, me parece a mais plausível, podemos estar certos de que a sua existência se relaciona com uma intensificação do comércio de exportação do peixe conservado em sal e do *garum*, feito, desde os tempos cartagineses, pelos hispânicos (53), intensificação que pode ter sido, em parte pelo menos, condicionada pelo despovoamento ictiológico dos mares italianos, verificado sobretudo nos sécs. n e m: «Au n^e et m^e siècles, plusieurs auteurs se lamentent sur l'insuffisance des pêches en mer, due à ce que nous appelons aujourd'hui l'appauvrissement des fonds.» (54). O que não é admissível é que todas essas fábricas produzissem somente para as populações locais, bastante reduzidas, como atrás afirmei (55).

Explorando a hipótese, poderíamos ainda pensar que, com o andar dos tempos, esse arrabalde industrial fosse aumentando de importância até se tornar, já na época hispano-muçulmana ou pouco antes, o centro da povoação. Ao mesmo tempo, a zona interior, central no período lusitano-romano, ter-se-ia paulatinamente despovoado e ruralizado. O antigo arrabalde teria conservado o nome primitivo ou, atendendo ao facto de este fenómeno se ter verificado bastante tarde, um seu derivado que, considerando prováveis evoluções fonéticas,

(53) Sobre este comércio, quer no período hispano-cartaginês, quer no hispano-romano, é útil a consulta dos seguintes estudos: *O Arch. Port.*, iv, págs. 53 e segs., e xxvn, págs. 165 e segs.; J. J. Van Nostrand, *Roman Spain*, in *An Economic Survey of Ancient Rome*, ed. by T. Frank, II, Baltimore, 1937, págs. 181 e segs.; J. Serra Ráfols, *La Vida en España en la Época Romana*, Barcelona, 1944, págs. 195-196; A. Thomazi, *Histoire de la pêche*. Paris, 1947, págs. 192-227; A. García y Bellido, *Colonización Púnica*, in *Historia de España*, dirig. por M. Pidal, t. i, vol. n. Madrid, 1952, págs. 311 e segs.; do mesmo, *La Peninsula Ibérica en los Comienzos de su Historia*. Madrid, 1953, págs. 457-464; etc., etc.

(54) Cf. A. Thomazi, *ob. cit.*, pág. 200.

(55) São de Marques da Costa as seguintes palavras: «A avahar pela capacidade das cetárias, a quantidade de peixe, que nelas se salgava, devia exceder muitíssimo as necessidades do consumo regional, de maneira que somos levados logicamente a admitir que a maior parte do peixe, depois de salgado e convenientemente preparado nas cetárias, era exportado como hoje para outras regiões distantes.» (cf. *O Arch. Port.*, xxvii, pág. 178).

Anteriormente escrevera: «...[os tanques] serviam para salgar peixe para exportação.» (cf. mesma rev., xxvi, pág. 317) e «Pela capacidade e número das cetárias se pode fazer ideia da prodigiosa quantidade de peixe, que se exportava do lugar hoje chamado Troia, e da grande riqueza e importância industrial que a povoação romana, [...] devia ter.» (cf. *Id.*, id., id.).

poderia ser * *Cetobra* que os Árabes transformaram em *Xatubre* ou *Xatáuir*, por um erro (?) de transliteração do ç românico (56).

Sempre por causa da pesca e das conservas, a povoação manteve-se importante, a ponto de dar o seu nome ao rio que a banhava.

Tudo isto, apesar de ainda não provado, é, como se vê, possível. O fenómeno da deslocação do centro de uma cidade é mundial e de todas as épocas. Verificou-se em Lisboa e em Setúbal; mais, fenómenos idênticos aos que imaginámos para Cetóbriga, deram-se na própria península da Arrábida, em Sesimbra. Da *briga* primeva (é difícil, apesar da hipótese de Leite de Vasconcelos, não ver em *-bra* uma derivação de *-briga*; cf. *Conimbriga* > *Colimbria* > *Coimbra*) que se manteve até a Idade Média, a população veio, pouco a pouco, para a costa, onde inicialmente se deve ter formado um arrabalde do núcleo principal. Hoje, a vila está no local desse arrabalde, enquanto o assento primitivo, a que se dá erradamente o nome de «castelo», se encontra quase deserto.

No que respeita às actividades dos habitantes da região de Setúbal relacionadas com o mar, durante o período hispano-muçulmano, recordarei apenas que se dava então à baía de Setúbal o nome de golfo ou

baía do Âmbar (الجبون العنبري) = 'aldjun al-'Anbari (57).

Ora, segundo David Lopes (58), trata-se do âmbar cinzento, que se encontra no abdómen do cachalote, o que pode provar que os «xatubrenses» praticavam já nesse período a pesca a distância.

(56) Se é difícil a evolução fonética de * *Caetobriga* ou * *Cetóbriga* para *Xatubre*, *Satuual* e *Setúbal*, por via de * *Cetobra*, a passagem gráfica, por meio de formas

aljâmicas, é muito fácil: * *Cetobra* pode transliterar-se em سَطْوِبْر, que é

quase igual a سَطْوِبْر.

(57) Por dificuldades tipográficas translitero assim o *gime*.

(58) Cf. *Os arabes...*, págs. 199, 225 e 226.

III — ROTURA E ZONA ADJACENTE

Como disse, Leite de Vasconcelos, talvez inspirado na hipótese de Marques da Costa, admitiu com reserva a localização de Cetóbriga no monte da Rotura. A minha posição não pode diferir muito da do fundador do Museu Etnológico, porque esse castro continua, como em 1905, por explorar sistematicamente e contém — sei-o por prospecções que aí realizei em 1948, 1949 e 1952—ainda muito material (59). Embora nestas condições tudo quanto se diga a respeito tenha um carácter precário, a verdade é que, até a data, o monte da Rotura não forneceu quaisquer peças características da Idade do Ferro ou do período lusitano-romano. Não ignoro, evidentemente, que, nos materiais oferecidos pela Ex.^{ma} Viuva de Marques da Costa ao Museu Etnológico, figurem como sendo da Rotura numerosos artefactos deste período, entre eles fragmentos de *terra sigillata*, alguns até muito tardios. Mas o que também não oferece dúvida é que Marques da Costa é peremptório ao escrever: «... no castro da Rotura, que é exclusivamente pré-histórico.» (60).

Foi isto que me levou a aconselhar a minha antiga aluna, hoje

(59) No Verão de 1948, durante uma visita que demorou umas duas horas, recolhi, sem grande dificuldade, cerca de 200 peças, entre as quais cerca de 150 fragmentos de cerâmica, incluindo belos espécimes campaniformes, que, mais tarde, ofereci ao Museu Etnológico. Foi o conhecimento da grande fertilidade da Rotura que me levou em 1949 a pedir ao Instituto Português de Arqueologia, o seu interesse pelo referido castro.

(60) Cf. *O Arch. Port.*, xii, pág. 207. V. também mesma rev., m, pág. 5, nota 1, ix, pág. 153, x, pág. 191, xii, mapa entre as págs. 216 e 217, xm, págs. 270 e 281-282, e xv, págs. 56-57, 77 e 80. Nos escritos de Marques da Costa, «pré-histórico» parece, por vezes, sinónimo de «pré-romano». Contudo, não deve ser aqui o caso, porque o autor, antes do passo que transcrevi no texto, havia declarado: «Os objectos achados na Rotura, ... parecem indicar que o castro foi habitado durante um longo, periodo, que se estendeu pela época neolítica até á época eo-metallica.» (cf. *O Arch. Port.*, ix, pág. 153), e, muito mais tarde, na revista *Cetóbriga*, n.^{os} 3 e 4, declarava, sem hesitação, que Rotura não chegara «a ser contemporaneo do dominio céltico;...», e que nesse castro se verificava a «ausencia de qualquer objecto dos ditos metaes (*bronze e ferró*) ...»(cf. n.^o 3, pág. 7); etc. De resto, examinei o material, cuja proveniência da Rotura não oferece dúvidas, e verifiquei que, salvo talvez alguns fragmentos de cerâmica, é todo neo-calcolítico e calcolítico pleno. Idêntica afirmação poderia fazer acerca das peças que eu próprio recolhi. Os materiais mais modernos ficam, portanto, a uns 1.300 anos da chegada dos primeiros Celtas. Porém, só

Dr.^a Maria de Lourdes Costa Arthur, a não incluir, entre as muitas estações lusitano-romanas que cita na sua tese de licenciatura (61), o castro em causa.

No entanto, se o monte da Rotura parece não conter materiais posteriores ao Bronze, as terras baixas situadas próximo, entre o Alto do Casalinho e as Machadas de Baixo e englobando a Vinha Grande, a quinta do Nena, Alferrar, a Arca de Água, a Flamenga, S. Romão (note-se o nome) (62) e os casais do Boino, do Pedro e do Cano, proporcionaram-lhe (63) a ele e a outros entusiastas por antiguidades (64) numerosas peças lusitano-romanas, o que levou Marques da Costa a admitir ter sido nessa zona a Cetóbriga «romana», como atrás referi (65).

um exame profundo de toda a cerâmica aí obtida permitirá tornar mais seguras estas conclusões, sem falar, é claro, das escavações sistemáticas a que aludi.

(61) Cf. *A Romanização no Distrito de Setúbal*. Lisboa, 1952, págs. 240 e segs. do exemplar dactilografado.

(62) São frequentes as estações arqueológicas nas proximidades ou mesmo em locais denominados *Romão* ou *S. Romão*. V. *CIL*, n, *Suppl.*, n.ºs 5142 e 5157; *O Arch. Port.*, xxi, pág. 356; *O Arq. Port.*, 2.^a série, i, págs. 197 e 211. No concelho de Montalegre, há um castro denominado Castelo do Romão e outro a que chamam Coto ou Castelo de S. Romão (cf. *O Arch. Port.*, xx, págs. 211 e 212, e xxiv, pág. 268). No concelho de Seia, existe igualmente um castro de S. Romão e a conhecida citânia de Sanfins situa-se num monte que também é designado por S. Romão. E é este santo o orago da capela que existe na citânia de Briteiros. Dado que *Romão* tem o seu étimo no lat. *Romanu(-m)*, penso que o povo português não olvidou tanto a passagem dos Romanos por aqui, como se tem afirmado. V. sobre este ponto, Leite de Vasconcelos, *Opúsc.*, v, pág. 605.

(63) Cf. *O Arch. Port.*, ii, págs. 10-11, viii, págs. 51-52, 137-138 e 141, e mapa entre as págs. 52 e 53, xii, pág. 207 e mapa entre as págs. 216 e 217, xxii, pág. 168, e xxiv, pág. 236; *Cetóbriga*, n.º 4, pág. 7; v. ainda L. de Vasconcelos, *O Arch. Port.*, ni, pág. 5, nota 1^y e *De Campolide a Melrose*. Lisboa, 1915, pág. 30. Os restos, lusitano-romanos do Museu Etnológico atribuídos à Rotura, podem ser dessa região.

(64) Por exemplo, Arronches Junqueiro que achou em Alferrar um pedaço de *sigillata* e duas moedas, uma das quais de Constantino I, que adiante cito no texto. Cf. *O Arch. Port.*, vii, pág. 146, e vm, pág. 52; *Cetóbriga*, n.º 4, pág. 7.

(65) Mais tarde, em 1926, Marques da Costa modificou a sua posição, considerando só como «possível» a localização de Cetóbriga em Alferrar, e não fazendo já a restrição de estar nesta área apenas a «Cetóbriga romana»: «... concluímos que essa identificação fica reduzida a uma conjectura apenas possível, mas sem provas.» (cf. *Cetóbriga*, n.º 4, pág. 7); «Em consequência do que fica dito, só podemos... admitir a identificação de Cetóbriga a Alferrar, apenas como possível,...» (cf. *Id.*, n.º 5, pág. 7).

Que a área em causa foi habitada até tarde — pelo menos até o início do v século —, provam-no as moedas de Constantino I e Teodósio I, uma «fibula romana do séc. iv» e um fragmento de *sigillata* pós-tetrárquica, decorada com palmas, existente no Museu Etnológico e que é talvez daí (66).

A registar ainda nesta região alguns topónimos árabes: Alferrar, Algoeia, etc. (67), que, demonstrando a ocupação nos tempos hispano-muçulmanos, tornam muito provável, pelo que disse no cap. I do presente artigo, a presença do Homem na época «visigótica» (68).

Do exposto, resulta que, se se viesse a encontrar no castro da Rotura algum espólio nitidamente sidérico (69), a hipótese da locali-

(66) Este e outros fragmentos de *sigillata* também são atribuídos, no Museu referido, à Rotura. Porém, Marques da Costa, in *Cetóbriga*, n.º 4, pág. 7, diz: «Também aí (*em Alferrar*) temos encontrado muitos fragmentos da mesma louça (*terra sigillata*)V. ainda L. de Vasconcelos, *De Campolide...*, pág. 30.

Para se avaliar em que medida chegou misturado ao Museu Etnológico o espólio de Marques da Costa, basta dizer que nele estavam incluídos como sendo de Setúbal ou da Arrábida, alguns fragmentos de cerâmica numantina do estilo m, que esse arqueólogo obteve talvez por permuta. Sobre as peças que M. da Costa tinha provenientes de Numância, v. *O Arch. Port.*, xx, pág. 130, nota 1.

(67) O vocábulo *Nena* que designa a quinta citada no texto, apesar da aparência, não deve ter origem árabe. Filia-se talvez na alcunha de um seu proprietário (note-se que se diz «quinta do Nena»). Sobre *nena*, v. L. de Vasconcelos, *De Campolide...*, pág. 44; *O Arch. Port.*, xxii, pág. 31; etc.

(68) Marques da Costa fala de objectos «post-romanos» em Alferrar mas não os descreve nem dá a seu respeito qualquer outra indicação (cf. *Cetóbriga*, n.º 4, Pág. 7).

(69) No n.º 4 da *Cetóbriga*, pág. 7, Marques da Costa, ao discutir a já referida hipótese de Cetóbriga = Alferrar, considera do Ferro, umas contas policromas de pasta vítrea encontradas, não no monte da Rotura, mas em Alferrar, o que, só por si, lhes tiraria o interesse para a hipótese de trabalho que estou expondo. Todavia, devo acrescentar que essas contas têm grande probabilidade de ser modernas, talvez do séc. xvi. Aliás, Marques da Costa já falara bastante delas *n'O Arch. Port.*, xv, pág. 69, nota 1, considerando-as, então, de possível origem «ultramarina» e dizendo que as encontrara e obtivera não em Alferrar mas no convento de Brancanes e na vizinha quinta dos Meses (ou *Mezes?*), onde serviam de ornamento a duas fontes e a uma cascata. V. também a este respeito, Leite de Vasconcelos, *De Campolide...*, págs. 22-23.

Não creio oportuno tratar agora destes objectos tão misteriosos; apenas chamo a atenção de quem as queira estudar a fundo, para este facto que suponho do maior interesse: eles têm sido recolhidos em regiões onde estiveram portugueses nos sécs. xv e xvi.

zação de Cetóbriga na região da Rotura-Alferrar adquiriria grande consistência: o povoado céltico primitivo no alto e, na planície, a *urbs* lusitano-romana, projectando um dos seus tentáculos para o Sado. Uma hipótese aliciante que, afinal, nada mais é do que a de Marques da Costa modificada (70).

IV — CHIBANES

A propósito deste castro, também até o momento apenas prospectado (71), escrevi, em Junho deste ano, o seguinte: «Sabemos que algumas objecções pertinentes se podem apresentar contra a identificação mas parece-nos que, entre todas as estações actualmente conhecidas nos arredores de Setúbal, é Chibanes a que maior número de condições reúne para ser a misteriosa Cetóbriga dos escritores clássicos. Estas palavras não significam, contudo, que não consideremos fecunda hipótese de trabalho a identificação da cidade ou povoado céltico e lusitano-romano com o conjunto arqueológico Rotura-Alferrar». {12}.

Aceitei, assim, como a mais provável, a hipótese expressa por Marques da Costa em 1926, no n.º 5 da *Cetóbriga*, onde escrevia: «...somos levados a admitir que o local do alto de Chibanes reúne para a sua identificação a «Cetóbriga» mais condições favoráveis do que qualquer outro, onde aparecem ruínas romanas.» e «...só podemos, em face das exigências filológicas e das provas archeologicas, admitir a identificação de Cetóbriga a Alferrar, apenas como possível e a Chibanes não só como possível, mas até provável.» (73).

A minha posição, ao redigir estas linhas, continua a mesma e dificilmente, sem novos documentos, poderá modificar-se. Chibanes tem a seu favor, em primeiro lugar, as condições topográficas: ocupa um dos pontos mais elevados da serra do Louro, não sendo fácil de expugnar pelo lado sueste (74). Uma muralha que existiu pelo lado

(70) Refiro-me à por ele expressa em 1903.

(71) Visitei-o em 1957 e este ano e verifiquei que, talvez ainda mais do que a Rotura, está cheio de material.

(72) Cf. *ob. cit.*

(73) Cf. pág. 7. V. também o passo da mesma rev. adiante transcrito na nota 1 da pág. 26 deste estudo.

(74) V. planta e corte transversal, in *O Arch. Port.*, xv, figs. 436 e 437, a seguir à pág. 82.

noroeste (75), tornou-o uma verdadeira *briga*. Contudo, os seus habitantes, certamente pouco numerosos (76), deixariam de causar apreensões às autoridades romanas, se a referida muralha fosse destruída, pois então o castro ficaria acessível. Daí não haver necessidade de, para garantir a paz do território adjacente, trazer os íncolas para as regiões mais baixas. É este um ponto a reter. Mas outros argumentos apoiam a hipótese Cetóbriga = Chibanes: Marques da Costa recolheu — ou recolheram para ele — farto material sidérico, o que prova, sem qualquer dúvida possível, a sua ocupação durante o domínio céltico (77). Que essa ocupação se manteve nos primeiros séculos do período lusitano-romano, demonstra-o todo um conjunto de artefactos do mesmo período, entre eles um médio bronze de Cláudio (41-54) (78). Escreve Marques da Costa: «Sob o domínio romano ainda o castro de Chibanes chegou a ser habitado, pelo menos até o sec. i depois de Christo, como o prova claramente a moeda ahi achada do imperador Claudio.»(79). E mais adiante: «... o que parece indicar que o castro não foi habitado até o fim do longo periodo da dominação romana na Peninsula.» (80). Estas palavras são cautelosas mas nem por isso delas e do contexto ressalta menos que o autor considerava como o artefacto mais moderno que encontrou em Chibanes, o aludido numisma. Não se apercebeu de que, entre o espólio por ele mesmo obtido e estudado no vol. XV d'O *Arch. Port.*, havia, pelo menos, uma peça 300 anos mais tardia: o fragmento cerâmico a que me referirei a seguir.

(75) Cf. *O Arch. Port.*, xv, pág. 55.

(76) Com uma forma semi-elipsoidal, o castro teria tido uns 300 metros de eixo maior (cf. *O Arch. Port.*, xv, fig. 436), e uma área de uns 8.000 metros quadrados, que poucas almas poderia albergar.

(77) Cf. *O Arch. Port.*, xi, pág. 42, xiii, págs. 279-282, e xv, págs. 56 e segs.; *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7, onde se lê: «Seria portanto tal castro parcialmente contemporaneo do dominio dos Celtas, que bem poderiam ter aplicado áquela altura fortificada o nome céltico de «Cetóbriga»; nome que tambem os Romanos conservaram,...». Sobre a ocupação pré-sidérica do castro, v. *O Arch. Port.*, xi, págs. 42, 44 e segs., xm, pág. 279, e xv, pág. 55; e *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7.

(78) Cf. *O Arch. Port.*, xv, pág. 76; *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7. Sobre a ocupação romana e seus vestígios, v. *O Arch. Port.*, xi, pág. 42; xm, págs. 42, 44 e 279, e xv, págs. 57 e segs.; *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7; L. de Vasconcelos, *De Campolide...*, pág. 30.

(79) Cf. *O Arch. Port.*, xv, pág. 82. V. também *Cetóbriga*, n.º 5, pág. 7.

(80) Cf. *O Arch. Port.*, id., id.

A hipótese de Marques da Costa acerca da época em que o castro teria sido ermado, mereceu a aceitação de Castelo Branco (81).

Um exame minucioso da referida Coleção Marques da Costa, acompanhado de atenta consulta dos seus trabalhos publicados, permitiu-me obter o suficiente para admitir, embora como simples hipótese, uma ocupação de Chibanes ainda no séc. iv e, conseqüentemente, superar, se bem que em parte, urna das dificuldades levantadas por Castelo Branco contra a identificação de Cetóbriga com Chibanes. Refiro-me a um característico fragmento de *sigillata* pós-tetrárquica {terra *sigillata* clara C) atribuído, no Museu Etnológico, ao castro em questão e *realmente* descrito e representado pelo próprio Marques da Costa no vol. XV d' *O Arch. Port.*, pág. 61 e fig. 11-459. Apenas este arqueólogo, ao que me parece, considerou-o da Idade do Ferro, não reparando que a sua decoração estampilhada, o tipo de pasta, etc., o colocavam no século indicado (82).

(81) Na coleção «Marques da Costa» do Museu Etnológico, existem vários fragmentos decorados de *terra sigillata* — alguns talvez do séc. II d.C. — que têm o número de catálogo 20.629. No respectivo verbete, declara-se que os mesmos são de Chibanes e indica-se, como referência bibliográfica, o artigo de Marques da Costa contido no vol. xv de *O Arch. Port.*, pág. 62. Quem o redigiu não notou que, logo na página seguinte, este autor fazia uma afirmação que praticamente invalidava a atribuição contida no verbete: «Nenhum dos restos d'esta fina louça,... tem marcas figulinas ou ornamentos que indiquem positivamente a sua proveniência fabril.» (itálicos meus). O advérbio de modo tem, sem dúvida, um valor restritivo. Porém, não podemos admitir que Marques da Costa que, no trabalho citado, apresentou um longo rosário de gravuras de peças de Chibanes, algumas das quais de beleza e interesse secundários, passasse em claro uns exemplares tão belos como os fragmentos em causa e não se lhes referisse no texto, como o fez com o modesto pedaço de *sigillata* pós-tetrárquica de que adiante me ocupo.

A acrescentar ao passo transcrito acima, uma importante apostila manuscrita do próprio Marques da Costa a um exemplar da separata do seu estudo sobre Chibanes publicado no *Arch. Port.*: «... conquanto alguns fragmentos achados em Chibanes se assemelhem à *terra sigilata (sic)*,... é certo que nenhum desses fragmentos tem figuras em relevo.» (cf. José Marques da Costa, *O Setubalense*, de 29 de Junho de 1957).

Pelas razões apontadas, penso que todos esses pedaços de *sigillata* decorada devem provir, não desse castro, mas da Tróia, de Alcácer do Sal ou talvez até de Alferrar (v. nota n.º 66).

(82) Estão também atribuídas, no Museu Etnológico (armários 169 e 182) ao castro de Chibanes, muitas moedas romanas dos sécs. III e IV, mas, sobretudo, deste último, e cunhadas, tanto quanto me foi possível observar, pelos imperadores

Pelas considerações feitas no cap. I do presente artigo, concluo que à hipótese de Cetóbriga = Chibanes apenas se fica a opor verdadeiramente a circunstância de, excepção feita do fragmento citado, não ter sido encontrado até agora material atribuível com segurança ao Baixo-Império e ao período «visigótico», o que, dadas as graves objecções que se podem levantar a todas as outras, torna esta a hipótese mais aceitável no estado actual do problema.

III

Referir-me-ei, para terminar, a uma hipótese a que poderíamos chamar sincrética, segundo a qual Cetóbriga teve, primeiro, o assentamento em Chibanes, passando depois para a Tróia. O seu autor, ainda F. Castelo Branco, inspirado em Marques da Costa (83), procurou com ela superar as dificuldades com que lutavam todas as hipóteses anteriormente aventuradas (84). Essas dificuldades são já do conhecimento do leitor, de modo que passo a apontá-las só resumidamente e sem comentários:

- 1) Ausência de material sidérico na Tróia;
- 2) Ausência de lusitano-romano tardio e lusitano-germânico em Chibanes;
- 3) Grande distância de Chibanes ao Sado.

Trata-se de uma hipótese sem dúvida engenhosa mas que me parece de relativa fragilidade, e, sobretudo, considerando a série de pontos focados anteriormente, desnecessária. Custa de facto a crer que um povoado inteiro desse um salto de 6 kms. e, ainda não satisfeito com isso, fosse transpor depois um rio de 3 kms. de largura e assentar arraiais na outra margem e *sempre conservando o seu nome de*

Carino, Constantino I, um dos Constantes, Valente (?), Graciano (?) e Teodósio I. Todavia, as razões que me levaram a duvidar da proveniência dos fragmentos de *sigillata* atrás citados, obrigam-me a pôr também em dúvida a destes numismas.

(83) Cf. *O Arch. Port.*, xv, pág. 82. Escreve o velho arqueólogo: «A maior parte, porém, da população do castro seria attrahida para o importante centro de commercio e industria que... se tinha desenvolvido em Troia,...».

(84) Foi apresentada na referida comunicação ao I Congresso Nacional de Arqueologia. Como não me foi possível assistir à leitura da mesma, baseio-me num resumo verbal que o seu autor teve a gentileza de me fazer.

origem. Que os habitantes de Chibanes, atraídos por salários elevados ou por outros motivos, abandonassem o castro e fossem viver para a Tróia, parece-me muito plausível; que, inclusivamente, Chibanes decaísse devido ao desenvolvimento dessa cidade, como pensou Marques da Costa (85), também o aceito; mas tudo isto é diferente duma migração em massa feita de uma só vez!

Querendo optar por hipóteses deste tipo, teríamos então uma mais simples: a da descida de Cetóbriga do alto da serra do Louro para a zona de Alferrar, onde há tanto material contemporâneo do da Tróia e que dista de Chibanes apenas 3 a 4 kms. (86).

Não julgo, todavia, por todas as considerações feitas, que seja, pelo menos por agora, necessário recorrer a estes sincretismos. Só depois de se ter invalidado, sem remissão, as hipóteses mais simples, será legítimo propor as de tipo sincrético, mais complexas e forçadas. Que se admita que Cetóbriga ou, melhor, o seu centro tenha efectuado, lentamente, pequenas migrações que se arrastaram durante séculos, considero-o aceitável, porque estaríamos em presença de um fenómeno muito corrente, verificável em quase todas as cidades que tiveram ou têm tido uma vida longa. Mas aventurar hipóteses de saltos bruscos de vários quilómetros, parece-me demasiada ousadia.

Eis o que creio ser o estado actual do problema da localização de Cetóbriga. Escavações sistemáticas, ou até, quem sabe, um achado casual, poderão de um momento para o outro esclarecer definitivamente esta questão, sem dúvida apaixonante.

Lisboa, Dezembro de 1958.

FERNANDO BANDEIRA FERREIRA

Bolseiro do Instituto de Alta Cultura

(85) V. nota n.º 25.

(86) Também Marques da Costa admitia, já em 1910, a descida dos habitantes de Chibanes para a área de Alferrar e até para a margem norte do Sado: «Parte do seu povo (*de Chibanes*) espalhar-se-hia pelas villas rusticas romanas, de que restam vestígios nos fertes campos dos arredores de Setúbal, ou pelos muitos estabelecimentos industriaes, que havia nas margens do Sado, para salga e exportação de peixe e molluscos.» (cf. *O Arch. Port.*, xv, pág. 82). Na altura em que escreveu estas linhas, ainda não defendia a hipótese de Cetóbriga = Chibanes; só o faria .16 anos mais tarde.

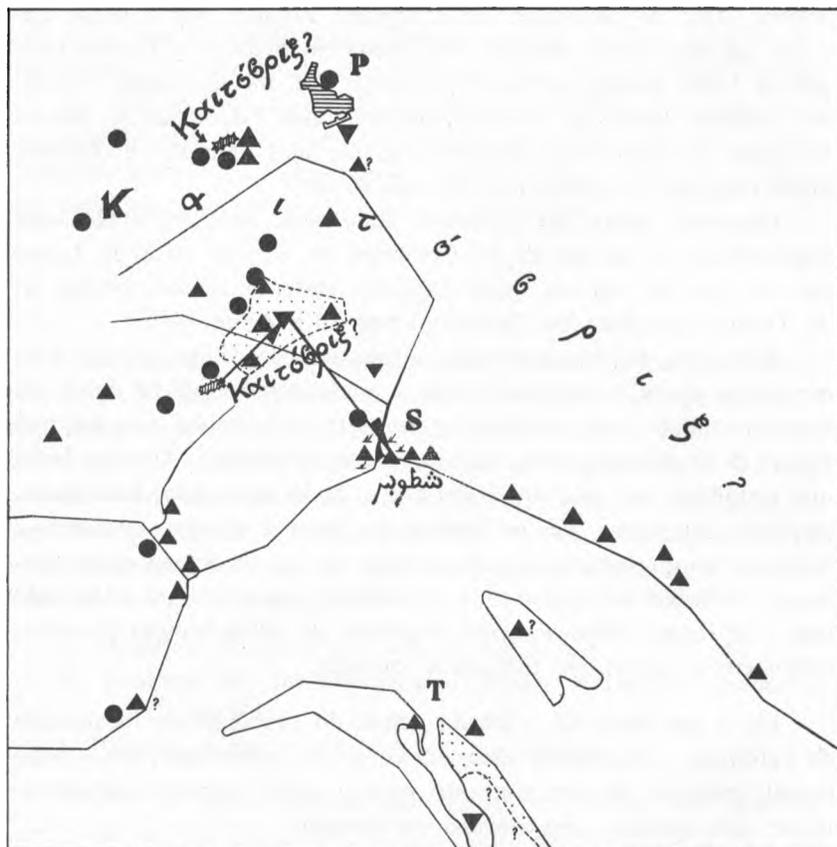


FIG. 1 — Esboço cartográfico do estuário do Sado.

LEGENDA:

A ponteedo (a NW de Setúbal) — zona arqueológica de Alferrar

Círculo — Neo-Calcolítico ou Calcolítico Pleno

Rectângulos tracejados verticalmente — castros

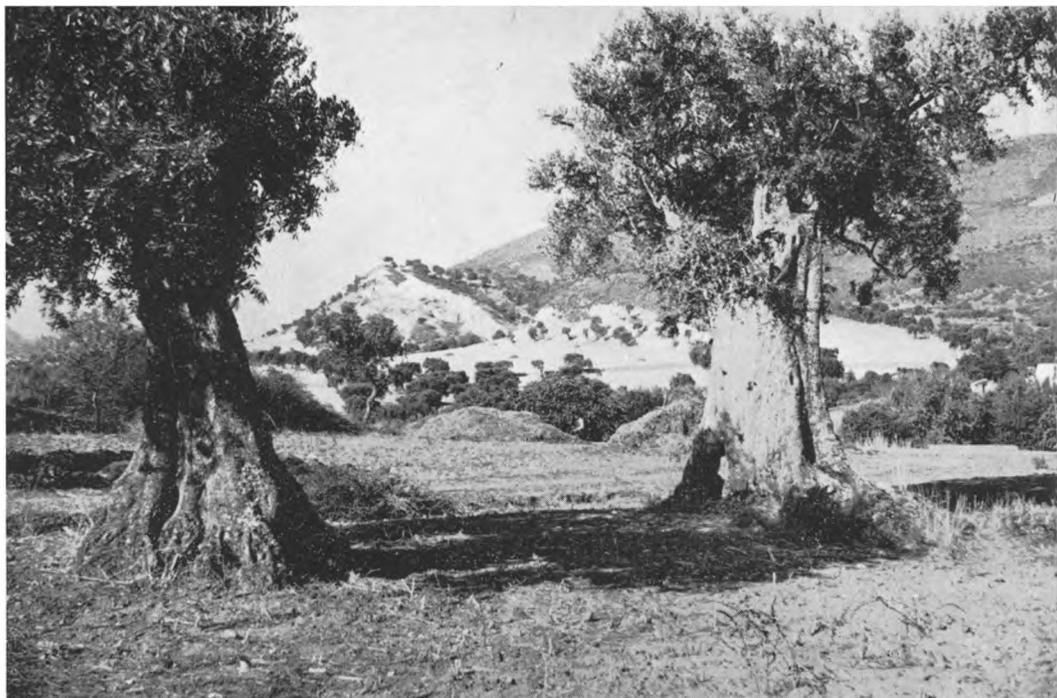
Triângulo com vértice para cima — Lusitano-Romano

Triângulo com vértice para baixo — Lusitano-Muçulmano

P = Palmeia; S = Setúbal; T = Tróia.



FIG. 2 — Serra e castelo de Palmeia. Fotografia tirada de Chibanes ou seja de W. para E. A quinta da Beselga fica na encosta à direita.



FIGS. 3 e 4 — Aspectos do castro da Rotura, obtidos respectivamente da Vinha Grande e da lombada do Casalinho.

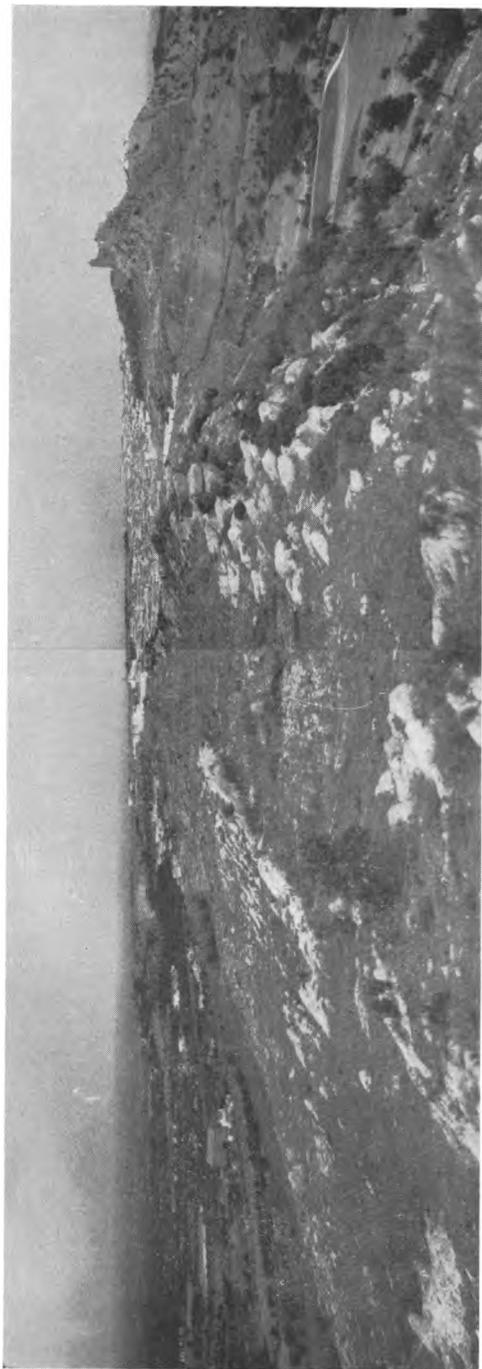


FIG. 5 — Castro de Chibanes. Fotografia de W. para E. Note-se à direita o precipício sobre o vale dos Barris. Ao fundo, a vila e o castelo de Palmela.



FIG. 6 — Castro de Chibanes. Fot. tirada de E. para W.

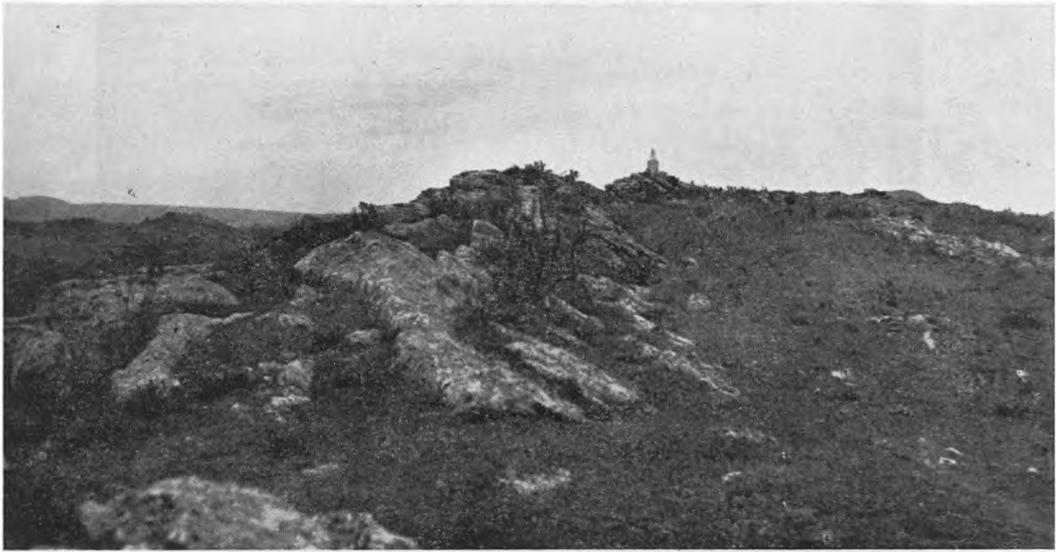


FIG. 7 — Idem. Idem. No último plano, o marco geodésico do Anjo.



FIG. 8 — Fragmentos de cerâmica pós-tetrárquica. O da direita, em baixo, é o de Chibanes a que me refiro no texto. Os outros provêm da camada IV-A da fábrica de salga de peixe presentemente em exumação na Tróia.